

Educação

Perseguição ao ensino privado

CORREIO

BRAZILIENSE

1990
ABR

Por motivos que talvez estejam a merecer aprofundada pesquisa, as escolas particulares do País têm sido alvo preferencial de toda uma tendência persecutória, que eclode em momentos de grave crise ou de reformas econômicas de impacto. E a marcação cerrada que órgãos governamentais, agentes do Ministério Público e associações de pais de alunos têm exercido nos estabelecimentos de ensino privado não diz respeito a qualidade de ensino, sistemas pedagógicos ou o que mais se refira a seu trabalho específico, por quanto é verdade lapidar que o ensino privado tem suprido, por ser muitas vezes superior, o ensino público — que em tempos passados já foi de longe o mais eficiente. Aqui só nos referimos à pré-escola, primeiro e segundo graus.

Toda a problemática e tumultuada questão que se tem armado em torno das escolas particulares se resume numa só coisa: as mensalidades escolares. Saber se o ensino particular é caro ou não é questão bastante complexa, pois o caro e o barato dependem de balizamentos, de comparações. E com que deve ser comparado os gastos que os pais fazem para educar seus filhos? Já se procurou demonstrar que o custo para um aluno em todos os anos de estudo, no primeiro e segundo graus, equivale ao do automóvel mais barato

da praça. Isso será muito ou pouco? E se comparado ao que as mães gastam em lojas de roupas, eventualmente em salões de beleza etc., qual o valor real de uma mensalidade escolar? Se damos tal exemplo é porque nos parece que muitos pais engajados febrilmente em associações que fazem cobrança firme às escolas não têm noção exata de quanto seria razoável despeser de seus orçamentos domésticos para a educação de seus filhos. Às vezes parece que se exige das escolas particulares uma postura não empresarial, como se estas fossem obrigadas a minimizar seus lucros. É evidente que, como em todo negócio, existem os mais gananciosos. Mas se as escolas particulares não constituem nenhum cartel, não exploram nenhuma concessão privilegiada, por que o mercado, a concorrência, não haveria de punir os que pretendem ganhar dinheiro com mais rapidez e menos escrúpulo? Por que de um ano para outro tais estabelecimentos não são esvaziados pela clientela?

Sem entrarmos no mérito e nos pormenores dos reajustes das mensalidades escolares, tema que tem sido objeto até de pendências judiciais em curso, importa-nos mais examinar todo esse clima de guerra que se armou contra os estabelecimentos de ensino privado, que têm sido os constantes "bodes expiatórios" — princi-

palmente depois do Plano Cruzado e do subsequente. Cabe registrar, contudo, que depois de ter tratado do reajuste das mensalidades escolares na Medida Provisória nº 154 (artigo 7º), o governo baixou uma outra — a de nº 176 —, especificamente sobre o assunto, o que já seria de estranhar, porquanto um sem-número de relações econômicas de muito maior vulto, no contexto geral de atividades do País, não mereceram esse tratamento especial. E não se diga que isso reflete um cuidado especial com a educação, pois aquilo que no campo é da alcada específica do governo, ou seja, o ensino público em todos os níveis, prioridade incontestável, ainda não apareceu nestes tempos de Brasil Novo.

Com base na referida medida provisória o Conselho Estadual de Educação exigiu que as escolas apresentassem planilhas de custo remontando a valores cobrados em dezembro de 88, julho de 89 e fevereiro de 90. Consideraram as escolas que essa exigência não encontra o alegado respaldo na MP 176, e reclamam do tratamento "diferenciado" que têm recebido, uma vez que não houve essa cobrança retroativa em relação a outros setores. Numa injustificável precipitação, o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (Sieeesp) publicou matéria paga em que conci-

tava os associados a não apresentarem as planilhas do modo como exigia o CEE. É claro que com essa atitude deu todo o pretexto para que se lhe desabasse a sanha policial esca, fazendo intensificar a tensão no setor.

O aspecto mais lamentável de todo esse clima é a animosidade que gera entre pais de alunos e direções de escolas, o que, forçosamente, há de ter reflexos nos climas das salas de aula. Porque a imagem negativa que se projeta de tais escolas, no momento em que são tratadas como covis de larápios, atinge em cheio crianças e adolescentes para as quais o ambiente escolar é parte fundamental de suas vidas. Como esperar que alguma noção de ordem ou de autoridade, no sadio sentido do termo, possa passar para estudantes jovens, se a hierarquia em que esta parece se assentar, a direção da escola, é relegada às piores suspeitas?

Um ponto parece bem claro em toda essa questão: o problema das mensalidades escolares é um dos assuntos que mais têm se prestado à exploração política, ao demagógico populismo pseudomoralizante e, principalmente, à ideologia estatizadora que não suporta ver a iniciativa privada suprir deficiências crônicas do serviço público — principalmente se com um grau razoável de eficiência.